

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A Dependência Doentia do Estado Português — Quando a Tecnologia Deixou de Servir o País

Publicado em 2026-05-05 09:56:00



BOX DE FACTOS

- O Estado português mantém uma forte dependência de grandes fornecedores tecnológicos proprietários, em especial nas áreas de produtividade, servidores, bases de

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

da Administração Interna para subscrição e renovação de licenciamento Microsoft, relativo ao período 2024-2026, ultrapassa os 22,8 milhões de euros sem IVA.

- A dependência tecnológica não se mede apenas pelo valor das licenças, mas também pelo grau de aprisionamento em formatos, processos, competências, contratos, plataformas e arquitecturas.
- A Comissão Europeia tem defendido o software livre e o código aberto como instrumentos de autonomia digital, reutilização, transparência e melhoria dos serviços públicos.
- O portal Mosaico.gov.pt inclui o princípio do código-fonte aberto como orientação para serviços digitais públicos.
- A questão central já não é apenas técnica: é política, económica e estratégica. Trata-se de soberania digital.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Deixou de Servir o País

Portugal não informatizou apenas o Estado. Em demasiados casos, licenciou a sua dependência. E agora paga por ela todos os anos, com dinheiro, com soberania, com fragilidade e com futuro.

Há países que constroem futuro.

Há países que compram futuro em prestações.

E depois há Portugal, esse extraordinário laboratório de resignação administrativa, onde até a dependência tecnológica parece tratada como destino histórico e não como escolha política.

Durante décadas, o Estado português foi informatizando serviços, ministérios, escolas, tribunais, autarquias, hospitais, institutos e organismos públicos sem uma verdadeira doutrina de soberania digital. Comprou-se o que era cómodo. Renovou-se o que já estava instalado. Formaram-se técnicos naquilo que o fornecedor dominante impunha. Criaram-se procedimentos, documentos, directórios, servidores, bases de dados, autenticações, caixas

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

deixando de comprar software para passar a pagar renda sobre a sua própria administração.

O problema não é a Microsoft.

O problema não é a Oracle.

O problema não é usar tecnologia proprietária quando ela é necessária, eficiente ou estrategicamente justificada.

O problema é a **dependência doentia de uma cultura política e administrativa incapaz de pensar a soberania tecnológica como assunto de Estado.**

A renda invisível do Estado

Quando olhamos para os contratos públicos, a dimensão começa a aparecer. Um único contrato da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna para aquisição e renovação de subscrição de licenciamento Microsoft, para os serviços e organismos do MAI, referente aos anos de 2024 a 2026, tem um valor contratual superior a **22,8 milhões de euros sem IVA.**

Só este exemplo já deveria obrigar a uma pergunta séria no Parlamento, no Governo, nas universidades, nas ordens profissionais e na comunicação social:

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

E mais:

Qual é o plano nacional para reduzir essa dependência sem destruir a operacionalidade dos serviços públicos?

A resposta parece ser a de sempre: renovar, prorrogar, comprar mais, migrar para cloud, acrescentar serviços, integrar segurança, identidade, colaboração, análise de dados, inteligência artificial, produtividade, correio electrónico, directórios, backups, servidores, bases de dados e, se possível, chamar a isso “modernização”.

Mas modernizar não é apenas trocar papel por ecrã.

Modernizar não é apenas passar de servidor local para cloud.

Modernizar não é entregar o sistema nervoso do Estado a meia dúzia de plataformas e depois fingir que se está a fazer transformação digital.

Modernizar, num país adulto, seria perguntar antes:

Que dados devem permanecer sob controlo soberano?

Que infra-estruturas devem ser independentes?

Que formatos devem ser abertos?

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Que parte da despesa pública tecnológica pode alimentar empresas nacionais e europeias?

Portugal, porém, preferiu demasiadas vezes a resposta preguiçosa:

“Está a funcionar, renova-se.”

E assim se constrói uma prisão confortável.

A cultura do fornecedor único

A dependência tecnológica raramente nasce de uma grande decisão. Nasce por sedimentação. Um servidor aqui. Um pacote Office ali. Um domínio Active Directory. Um Exchange. Um SQL Server. Um SharePoint. Um contrato de suporte. Uma migração. Uma integração. Uma plataforma de colaboração. Um serviço de cloud. Uma camada de segurança. Uma solução de identidade. Uma ferramenta analítica.

Ao fim de vinte ou trinta anos, já ninguém sabe onde acaba a conveniência e começa a servidão.

O Estado passa então a viver dentro de uma arquitectura que não controla plenamente. Os técnicos são formados nela. Os concursos são escritos à medida dela. Os documentos

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

E depois há a frase fatal:

“Mudar agora ficava muito caro.”

Claro que ficava.

Ficava caro porque ninguém pensou antes.

Ficava caro porque durante décadas se confundiu facilidade com estratégia.

Ficava caro porque se entregou a chave da casa e depois se descobriu que mudar a fechadura implica reconstruir a porta.

É assim que a dependência se torna argumento para continuar dependente.

Não é informática: é soberania

Há quem veja isto como um debate técnico. Não é. É um debate político, económico e civilizacional.

Quando o Estado depende em massa de plataformas externas para gerir correio, autenticação, produtividade, documentos, bases de dados, servidores, cloud, segurança e

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

nacionalismo tecnológico de pacotilha. Não significa inventar tudo em casa, como se cada ministério devesse transformar-se numa garagem mal iluminada cheia de programadores em sofrimento existencial.

Soberania digital significa **controlo, capacidade de escolha, reversibilidade, interoperabilidade e independência estratégica.**

Significa que o Estado pode usar fornecedores externos, mas não deve ficar refém deles.

Pode comprar software proprietário, mas não deve aprisionar os seus dados em formatos fechados.

Pode contratar cloud, mas deve garantir direitos de saída, portabilidade e auditoria.

Pode usar Microsoft, Oracle, SAP ou qualquer outro fornecedor, mas deve saber viver sem qualquer um deles se a necessidade estratégica o exigir.

A Comissão Europeia, na sua estratégia de software livre, apontou precisamente para objectivos como autonomia digital, reutilização de software, partilha de código e conhecimento, e construção de melhores serviços públicos.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Portugal, como sempre, parece ter chegado à conferência, apanhado o croquete, ouvido metade da apresentação e regressado à repartição para renovar o contrato.

O paradoxo português

O mais absurdo é que Portugal tem talento técnico. Tem programadores. Tem universidades. Tem politécnicos. Tem empresas de software. Tem gente competente em Linux, bases de dados, segurança, cloud, redes, virtualização, desenvolvimento aplicacional e inteligência artificial.

O país não é pobre em inteligência.

É pobre em visão.

E, sobretudo, é pobre em coragem institucional.

A Administração Pública portuguesa tem uma extraordinária capacidade para comprar soluções feitas, contratar consultores, pedir pareceres, abrir procedimentos, produzir relatórios e criar grupos de trabalho. Mas tem uma dificuldade quase patológica em construir capacidade interna duradoura.

É sempre mais fácil comprar do que compreender.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

E sempre mais fácil obedecer ao ecossistema dominante do que desenhar uma arquitectura nacional.

E assim se desperdiça soberania, dinheiro e oportunidade económica.

Porque cada euro gasto em licenciamento recorrente externo é também um euro que não fortalece o ecossistema tecnológico nacional ou europeu. Claro que nem tudo pode ser substituído. Claro que há sistemas críticos, migrações complexas, custos de transição, riscos operacionais e dependências herdadas. Mas precisamente por isso o tema deveria ser tratado com seriedade estratégica, não com a vulgaridade administrativa de quem muda de contrato como quem muda de tinteiro.

O Estado português como cliente cativo

O Estado português parece comportar-se, demasiadas vezes, como cliente cativo. Compra porque já comprou. Renova porque já renovou. Mantém porque já está instalado. Justifica porque a alternativa é difícil. E, no fim, chama “continuidade de serviço” àquilo que também é incapacidade de ruptura.

Esta cultura não afecta apenas a Microsoft. A Oracle ocupa outro nível da cave tecnológica: bases de dados,

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

fundações profundas onde vivem os monstros antigos: fiscalidade, segurança social, grandes aplicações, middleware e bases de dados que ninguém quer tocar com medo de acordar o dragão.

E há razões para esse medo. Sistemas críticos não se mudam por decreto. Migrações mal feitas podem causar desastres. A substituição tecnológica exige planeamento, testes, equipas, redundância, formação, governação, auditoria e anos de trabalho.

Mas a conclusão não pode ser:

“Então não se muda nada.”

A conclusão deveria ser:

Começa-se hoje a construir a liberdade de amanhã.

Código aberto não é romantismo: é poder

O software livre e de código aberto não é uma moda de estudantes barbudos a beber café frio junto a servidores Debian. É uma questão séria de soberania, transparência, segurança, economia e autonomia.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Isto deveria ser política pública central.

Não para substituir tudo cegamente por open source.

Não para criar dogmas simétricos aos dogmas proprietários.

Não para fingir que LibreOffice resolve sozinho décadas de dependência administrativa.

Mas para criar uma orientação nacional clara:

Sempre que possível, usar normas abertas.

Sempre que possível, exigir portabilidade.

Sempre que possível, desenvolver código público com dinheiro público.

Sempre que possível, evitar lock-in.

Sempre que possível, favorecer soluções auditáveis.

Sempre que possível, criar competências internas.

Sempre que possível, alimentar ecossistemas nacionais e europeus.

Não é ideologia. É higiene estratégica.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Há o custo da formação exclusiva num ecossistema.

Há o custo das integrações fechadas.

Há o custo dos formatos proprietários.

Há o custo da migração futura.

Há o custo da perda de capacidade técnica interna.

Há o custo da vulnerabilidade sistémica.

Há o custo da submissão contratual.

Há o custo de ter dados, processos e identidades dependentes de arquitecturas externas.

Há o custo de não criar indústria nacional.

Há o custo de não desenvolver músculo tecnológico próprio.

E há um custo ainda mais profundo: **a habituação mental à dependência.**

Quando um país se habitua a comprar em vez de construir, começa a perder a ambição. Quando se habitua a

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

E esse é talvez o maior crime político: fazer parecer normal aquilo que é estruturalmente perigoso.

Uma governação sem coluna digital

A dependência tecnológica do Estado português é uma metáfora perfeita da governação nacional.

Planeia-se pouco.

Executa-se aos solavancos.

Contrata-se muito.

Avalia-se mal.

Renova-se por inércia.

Fala-se de modernização.

Evita-se a soberania.

O país gosta de seminários sobre inovação, mas foge das decisões difíceis. Gosta de discursos sobre transformação digital, mas não constrói arquitectura estratégica. Gosta de anunciar portais, apps, plataformas e planos, mas raramente pergunta quem controla o código, os dados, os servidores, os contratos e a continuidade operacional.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

E depois admiram-se que Portugal continue frágil, dependente, caro e pouco produtivo.

O que deveria ser feito

Um país sério deveria criar uma **Estratégia Nacional de Soberania Tecnológica da Administração Pública**, com horizonte de dez anos, independente dos ciclos eleitorais e sujeita a escrutínio público.

Essa estratégia deveria incluir:

- 1. Inventário público das dependências tecnológicas críticas do Estado**, excluindo naturalmente detalhes sensíveis de segurança.
- 2. Mapa anual de despesa em licenciamento, cloud, suporte e serviços associados**, por fornecedor, entidade e categoria.
- 3. Obrigatoriedade de normas abertas** em documentos, arquivos, interoperabilidade e comunicação entre sistemas.
- 4. Cláusulas de saída obrigatórias** em contratos de cloud e software crítico.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

arquitectura, segurança, desenvolvimento e integração, para que o Estado deixe de ser apenas comprador ignorante.

7. Preferência estratégica por soluções europeias ou nacionais em áreas sensíveis, sem prejudicar qualidade, segurança ou interoperabilidade.

8. Auditorias independentes ao lock-in tecnológico em ministérios, institutos, autarquias e empresas públicas.

9. Formação massiva de técnicos públicos em tecnologias abertas, Linux, PostgreSQL, Kubernetes, segurança, DevOps, automação, integração e arquitectura moderna.

10. Princípio do dinheiro público, código público, sempre que o Estado financie desenvolvimento aplicacional reutilizável e não sensível.

Isto não se faz em seis meses.

Não se faz com slogans.

Não se faz com iluminados de gabinete.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

mas tem de começar.

A verdadeira pergunta

A pergunta não é se o Estado deve abandonar imediatamente a Microsoft, a Oracle ou qualquer outro fornecedor.

Essa pergunta é infantil.

A verdadeira pergunta é:

Porque é que o Estado português se permitiu chegar a um ponto em que abandonar ou reduzir dependências críticas parece quase impossível?

E essa pergunta já não é técnica. É política.

Mostra uma governação sem visão de longo prazo. Mostra uma Administração Pública demasiado dependente de fornecedores externos. Mostra partidos incapazes de compreender a tecnologia como soberania. Mostra uma elite dirigente que confundiu digitalização com aquisição de licenças. Mostra um país que se habituou a pagar renda em vez de construir casa.

Portugal não informatizou apenas o Estado.

Portugal licenciou a sua dependência.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A liberdade já não se joga apenas nas ruas, nos parlamentos ou nos jornais. Joga-se também nos servidores, nos repositórios, nos formatos de ficheiros, nas bases de dados, nos sistemas de autenticação, nas clouds, nos contratos, nas APIs e nos algoritmos.

Um Estado que não controla minimamente a sua arquitectura digital é um Estado que não controla plenamente a sua própria administração.

Portugal precisa de acordar para esta realidade antes que a próxima dependência venha embrulhada em inteligência artificial, assistentes automáticos, plataformas fechadas, clouds soberanas só no nome e contratos ainda mais difíceis de desmontar.

A dependência tecnológica não é modernização.

É submissão com interface gráfica.

E um país que se respeita não entrega o seu sistema nervoso a fornecedores externos sem plano, sem alternativa, sem estratégia e sem vergonha.

Porque, no fim, a pergunta é brutalmente simples:

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Fontes e referencias

- Portal BASE — Contrato de subscrição e renovação de licenciamento Microsoft para serviços e organismos do Ministério da Administração Interna, 2024-2026
- Comissão Europeia — Open Source Software Strategy
- Mosaico.gov.pt — Princípio do código-fonte aberto nos serviços digitais públicos
- Portal BASE — Contratos Públicos Online

Texto: Francisco Gonçalves

Co-autoria editorial e investigação : Augustus Veritas e Francisco Gonçalves.

Fragmentos do Caos — onde a lucidez tenta ainda abrir caminho por entre o nevoeiro organizado.

Um Estado que não controla a sua arquitectura digital não controla plenamente a sua própria administração.


Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.



Fragmentos do Caos: [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)